|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | A preencher pelos  serviços administrativos |
|  | Registo SGD nº |
|  |  |
|  | Data |
| Exmº. Senhor  Presidente da Câmara Municipal de Coimbra |  |  |
|  | Processo nº |
|  |  |
|  | Guia n.º |
|  |  |

Pedido de parecer para instrução de pedido de financiamento no âmbito do IFRRU 2020

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE/COMUNICANTE

NOME

cartão de cidadão CC/BI       Validade       contribuinte NIF/NIPC

telefone       TELEMÓVEL

e-mail

residente/com sede em

freguesia

código postal       —       localidaDe

Na qualidade de:

Proprietário Arrendatário  representante OUTRO

DO PEDIDO

VEM REQUERER

Parecer sobre o enquadramento da operação de reabilitação urbana do imóvel, abaixo identificado,

Certificação do estado inicial de conservação do imóvel (para os casos de imóvel com menos de 30 anos de idade),

para efeitos de instruçãodo pedido de financiamento no âmbito do IFRRU 2020.

identificação do imóvel

Idade do imóvel       anos

localização

freguesia

descrito na Conservatória do Registo Predial de       sob o n.º

inscrito na matriz predial sob o artigo

Códigos de acesso:

Registo Predial:

Outro:

**Informação complementar:**

Existe para o local processo de obras

Dados que permitem localizar o processo de informação prévia (PIP), licenciamento ou comunicação prévia, do edifício:

- N.º do processo       Ano

- Titular do processo

Não existe processo (ver documentos a apresentar na ausência de processo de obras)

MEIOS DE NOTIFICAÇÃO

AUTORIZO O ENVIO DE EVENTUAIS NOTIFICAÇÕES DECORRENTES DESTA COMUNICAÇÃO PARA O SEGUINTE ENDEREÇO ELETRÓNICO:

e-mail

OBSERVAÇÕES

     

PROTEÇÃO DE DADOS

Autorizo o Município de Coimbra a utilizar os dados fornecidos no presente requerimento no âmbito do processo a que se destina, bem como os contactos pessoais para a comunicação no âmbito deste e de outros processos.

PEDE DEFERIMENTO

O(s) requerente(s) ou representante legal / ASSINATURA       DATA

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

* Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro
* Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação atualmente em vigor
* Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (Taxas e Compensações Urbanísticas) – Regulamento n.º 381/2017, de 21 de julho de 2017 (RMUE)
* Regulamento Geral de Taxas e Preços Municipais - Regulamento 414/2017 publicado no Diário da República, 2ª Série n.º 150, de 4 de agosto
* Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na redação atualmenter em vigor
* Regime excecional e temporário a aplicar à reabilitação de edifícios ou de frações, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que se destinem a ser afetos total ou predominantemente ao uso habitacional, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril, na redação atualmente em vigor
* Regime de determinação do nível de conservação dos prédios urbanos ou frações autónomas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro

(A preencher pelos serviços administrativos)

**Pedido de parecer para instrução de pedido de financiamento no âmbito do IFRRU 2020**

| **Documentos a apresentar na ausência de processo de obras** | **SIM** | **NÃO** | **N.A.** |
| --- | --- | --- | --- |
| 1. Requerimento |  |  |  |
| 1. Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação |  |  |  |
| 1. Estimativa do custo total da obra |  |  |  |
| 1. Calendarização da execução da obra, com estimativa do prazo de início e de conclusão dos trabalhos |  |  |  |
| 1. Fotografias do imóvel |  |  |  |
| 1. Outros elementos exigíveis na instrução dos pedidos de licença, da apresentação de comunicação prévia ou do pedido de informação prévia (PIP), tendo em conta o projeto e o tipo de controlo prévio associado (licenciamento municipal ou comunicação prévia), conforme o disposto na Portaria 113/2015, de 22 de abril, a qual estabelece os elementos Instrutórios dos procedimentos previstos no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro. |  |  |  |

Número de exemplares: 1 **N.A.** Não Aplicável

O trabalhador/ ASSINATURA       DATA       N.º Mecanográfico       ????